

O IRRACIONALISMO DE HAYEK E O PÓS-FASCISMO.

André Guimarães Augusto¹

A obra de Hayek conheceu diferentes recepções até os dias de hoje. Nos anos 1980, com os governos de Thatcher e Reagan, Hayek se tornou uma referência do neoliberalismo. Nos últimos anos, no entanto, Hayek se tornou uma referência da extrema direita. Steve Bannon, assessor de campanha de Trump e um dos articuladores da Alt-Right e da extrema direita mundial, se referiu a Hayek e ao caminho da servidão em um discurso para a Frente Nacional, partido da extrema direita francesa em 2018. Membros proeminentes da AfD, o partido de extrema direita alemão, são integrantes da Sociedade Hayek alemã – o que tem provocado um conflito com os membros do partido liberal alemão (FDP) do qual até agora o Afd tem saído vencedor. Hayek tem sido adotado como referência também por outros partidos de extrema direita europeus, como na Austria e na Suíça (Slobodian, 2021)

Esse artigo fornece uma primeira explicação de porque Hayek é hoje uma referência da extrema-direita. Nesse artigo se defende que a identidade ideológica entre Hayek e a extrema-direita contemporânea não é casual, fruto de uma falsificação de suas ideias ou da identificação de alguns pontos programáticos. Nesse artigo se desenvolverá o argumento de que a identificação entre a obra de Hayek e a extrema-direita contemporânea se dá pelo seu fundamento em comum: o irracionalismo.

O irracionalismo como fundamento ideológico do fascismo do entre guerras na Europa foi intensamente discutido e explorado por Lukács em sua obra “*A destruição da Razão*” (2020). Outros estudiosos não-marxistas do fascismo, a despeito das várias deficiências de suas teorias, como George Mosse e Zeev Sternhal apontam o anti-iluminismo como o elemento ideológico central do fascismo (Traverso, 2019, cap.4). Do mesmo modo Richard Wolin (2004) indica como o irracionalismo contemporâneo do pós-estruturalismo cria o clima ideológico fundamental para o retorno da extrema-direita, ainda que os pós-estruturalistas como Foucault ou Derrida não possam ser identificados como representantes ideológicos da extrema-direita.

Seria simplista e uma abstração nada razoável, no entanto, identificar toda a extrema-direita contemporânea com o fascismo clássico. A fração da extrema-direita contemporânea a que se refere esse artigo é a classificada por Traverso(2019) como pós-fascista. Segundo Traverso o pós-fascismo deve ser distinguido do neofascismo. Enquanto o neofascismo revive exatamente o programa, tática e ideologias do fascismo clássico, o pós-fascismo tem suas raízes no fascismo clássico, mas modifica muitas de suas formas, juntando elementos clássicos do fascismo com novos elementos que não pertencem a tradição fascista. A essa fração da extrema-direita que esse artigo se refere, e a obra de Hayek por não pertencer a tradição fascista, mas, ao mesmo tempo, se encontrar em

1 Professor do departamento de Economia da UFF e membro do NIEP-Marx.

continuidade ideológica com o irracionalismo característico do fascismo clássico, constitui uma referência bastante adequada para o pós-fascismo.

Na primeira seção desse artigo será exposta a crítica a Razão feita por Hayek, com base no que ele denomina racionalismo construtivista. Procura-se demonstrar que o racionalismo construtivista é um espantalho criado por Hayek e que tem como objetivo acertar o socialismo atirando em qualquer forma de entendimento racional do mundo. Na segunda parte será exposto o agnosticismo epistemológico de Hayek e suas consequências. Será precisado nesse ponto o sentido utilizado aqui para o irracionalismo: a impossibilidade absoluta de qualquer conhecimento racional de partes fundamentais do mundo. Na terceira seção será demonstrado como Hayek preenche o vácuo do conhecimento do mundo com um mito: a ordem espontânea. Nessa seção será demonstrado também que Hayek constrói esse mito com base no Darwinismo cultural, fornecendo poderosos instrumentos ideológicos e programáticos para o pós-fascismo.

1. O “racionalismo construtivista”: um espantalho.

Grande parte da obra de Hayek é dedicada a atacar o que ele denominou de racionalismo construtivista. Para Hayek, o comunismo, o fascismo, o nazismo, o Estado de bem-estar, todos têm origem no racionalismo construtivista. Segundo Hayek a origem do racionalismo construtivista estaria no racionalismo cartesiano, “a capacidade da mente de chegar à verdade por meio de um processo dedutivo a partir de algumas poucas e indubitáveis premissas”. (Hayek, 1967, p. 85).

Da capacidade de chegar a verdade utilizando o pensamento, Hayek afirma que se obtém uma série de conclusões, sendo a principal a de que “todas as instituições que beneficiam a humanidade foram inventadas no passado e devem ser inventadas no futuro com a clara consciência dos efeitos desejados que produzem” (Hayek, 1967, p.85), o chamado construtivismo. O construtivismo é identificado por Hayek com o socialismo e o planejamento central e a origem ideológica do socialismo estaria portanto no racionalismo.

Quem advogaria o racionalismo construtivista? A lista apresentada em várias obras de Hayek é imensa e inclui: Descartes, o pai do racionalismo construtivista a que se seguiriam, iluministas franceses como Voltaire, Rosseau, os fisiocratas; Hegel; Saint-Simon; Comte; Marx; os utilitaristas Jeremy Bentham e John Stuart Mill; Keynes; Bertrand Russel; H.G. Wells; ‘o jovem’ George Orwell (Hayek, 1988, p.55) e até mesmo Einstein e Max Born (Hayek, 1988, p.58-60).

Apenas a listagem desses nomes em uma mesma filiação teórica já seria o suficiente para perceber que o racionalismo construtivista de Hayek não passa de um espantalho, algo que ele construiu para depois atacar. Mesmo assim é preciso fazer uma análise sucinta e parcial de alguns autores para entender como e porque Hayek constrói esse espantalho.

É inevitável começar pelo próprio Descartes. Descartes, como reconhece Hayek foi “reticente em relação a sua visão sobre os problemas políticos e morais” (Hayek, 1978, p.5 n.7). A única evidência do construcionismo de Descartes que Hayek apresenta repetidamente ao longo de sua obra é uma breve passagem de Descartes sobre Esparta. Mas Hayek vai mais longe: afirma que “aplicado ao campo da moral e dos valores” o pensamento de Descartes levaria a conclusão de que só podemos aceitar “o que pode ser reconhecido como projeto racional para um propósito reconhecido”(Hayek, 1978, p.5).

A afirmação de Hayek, no que se refere ao próprio Descartes é simplesmente falsa. Para Descartes a moral perfeita, isto é, completamente racional, seria o resultado final de todo conhecimento humano em ciências prioritárias, como a física, a mecânica e a medicina. Mas mesmo essa moral perfeitamente racional não seria alcançável devido às inúmeras particularidades e causalidades da vida e principalmente a relação corpo e mente. (Beyssade, 1974, p.88,). Para Descartes a moral seria uma “ciência medíocre das coisas mais necessárias” (Beyssade, 1974, p.89). Sendo o homem uma ser dual formado pelo corpo e mente, e sendo o corpo a parte não racional do homem, suas paixões seriam as guias de seus valores: “Valores não são metafisicamente fundados. Uma vez que são as emoções que nos dão o sentido do que é importante a vontade não tem nada como as ideias claras e distintas para ratificar – ou até mesmo apoiar – suas inclinações” (Descartes, *apud* Rorty, A.O., 1992 p.337-338).

Se Descartes é inegavelmente um racionalista, certamente não é um construtivista no sentido de Hayek. Aqui há uma primeira evidência de que o racionalismo construtivista é uma falácia: não se segue inevitavelmente da possibilidade de conhecimento do mundo pelo uso da razão, qualquer que seu alcance e sua forma, que todas as instituições humanas devam ser criadas racionalmente.

Mas Descartes ocupa um papel central no racionalismo construtivista de Hayek; o que ele faz aqui então? Hayek segue aqui a tradição do irracionalismo na filosofia burguesa que se inicia com o Schelling tardio: “combater Descartes e o racionalismo dele decorrente”(Lukács, 2020, p.540).

Outros membros proeminentes da lista do racionalismo construtivista são os iluministas franceses, como Voltaire, os fisiocratas e especialmente Rosseau. O racionalismo iluminista, no entanto, não é o mesmo racionalismo cartesiano. Os iluministas franceses – um grupo razoavelmente heterogêneo – não aceitam os argumentos *a priori*, o dualismo cartesiano e as ideias inatas. Para os iluministas o uso da razão deve se basear em evidências empíricas, o que os aproxima de Locke – que Hayek coloca no campo oposto ao racionalismo construtivista– e de Newton (Jimak, 1996; Desné, 1974).

É certo que há algum construtivismo no iluminismo francês, no sentido de propor mudanças racionais nas instituições. Mas essas reformas preservavam uma instituição central da França do

século XVIII, a monarquia absoluta, no caso de Voltaire (Jimak, 1996, p.213), Quesnay (Jimzak, 1996, p.217), Diderot e D'Holbach(Desné, 1974, p.94), com a notável exceção de Rosseau. É preciso atentar também para o conteúdo das reformas propostas. Voltaire, por exemplo, propunha a garantia da liberdade de imprensa, a reforma da lei penal, a tolerância religiosa, a garantia da propriedade privada e, no caso dos fisiocratas, a liberdade de comércio. A igualdade visada com as reformas propostas por Voltaire e outros iluministas era a igualdade perante a lei e não a igualdade social (Jimak, 1996, p.213-214); esta última foi objeto de proposições de Morély, Deschamps e Mably (Desné,1974, p.95). Em resumo, com as notáveis exceções citadas, não há nada que se assemelhe ao socialismo no construtivismo do iluminismo francês. A falácia que leva do racionalismo cartesiano ao construtivismo e deste ao socialismo desmorona como um castelo de cartas diante da realidade do iluminismo francês.

Mais significativa é a inclusão de Hegel e Marx no rol dos racionalistas construtivistas construído por Hayek. Significativa porque Hayek parece desconhecer ou desconsiderar as diferenças notáveis entre a Razão analítica e geométrica de Descartes e a Razão dialética hegeliana, e entre dialética hegeliana e a de Marx. Não há espaço aqui para indicar todas as diferenças entre a Razão analítica geométrica e a dialética de Hegel. Cabe notar apenas que Hegel é um crítico contumaz do pensamento que se inicia por pressupostos evidentes e não demonstrados. Para Hegel o pensamento “não pode pressupor nada”(Hegel, 2016, p.72) e a demonstração do início não é pressuposta mas é posta no desenvolvimento do pensamento. A Lógica de Hegel não é construída ‘*more geométrico*, a razão dialética é processual, os vínculos lógicos entre os conceitos são inferidos a partir de suas contradições internas, contradições essas inacessíveis a Razão analítica ‘*more geométrico*.’

É preciso dar o benefício da dúvida a Hayek que, afirmou que “não pretende entender Hegel” (Hayek, 1952a, p.195). Mas o fato de não entender Hegel não impediu Hayek de incluí-lo no rol do racionalismo construtivista. Se em alguma medida Hegel poderia ser classificado como racionalista o construtivismo de Hegel é novamente uma falácia de Hayek. Para Hegel a Razão não é apenas uma faculdade humana individual, é constitutiva de tudo que existe no mundo e se realiza ao longo da história. Para Hegel é movimento histórico da Razão que cria as instituições humanas através da sua astúcia que consiste em levar os homens a resultados não intencionais de sua ação – um ponto aliás, caro a Hayek e que ele supõe incompatível com o suposto racionalismo construtivista. Se há um plano na História e conseqüentemente na sociedade humana, para Hegel esse plano é da Razão e não de algum indivíduo ou grupos de indivíduos. Ao filósofo só caberia reconhecer o plano da Razão na sua atualização na história e trazê-lo à consciência dos homens, e não a incumbência de criar instituições racionais.(Hegel, 2001).

Com relação a Marx é possível ser breve. Para Marx o conhecimento do mundo não parte de pressupostos *a priori*, não demonstrados, claros e evidentes; a Razão abstraída dos homens reais não é constitutiva do mundo e muito menos criadora das instituições humanas. A Razão dialética aqui é apenas a reprodução no pensamento do movimento real da história e não uma fórmula que enquadre todo e qualquer acontecimento real. Já se percebe que com isso não há construtivismo racionalista em Marx e chega a ser enfadonho ter que repetir que Marx nunca, em qualquer obra, apresentou um plano racional para construir todas as instituições de uma sociedade comunista.

É preciso assinalar, no entanto, que isso não significa que não haja exemplos, ao longo da história de algo muito próximo do racionalismo construtivista. Seria necessário, no entanto, um exame atento da história e de autores que se aproximariam disso para identificá-los como racionalistas construtivistas.

Um exemplo próximo do racionalismo construtivista de Hayek são os planos do socialismo utópico. Como afirma Marx os socialistas utópicos fazem “uma descrição fantástica da sociedade futura” (Marx, K. & Engels, F., 1988, p.67) e “substituem a organização gradual e espontânea do proletariado em classe por uma organização da sociedade fabricada por eles. A história futura do mundo se resume, para eles, na propaganda e na execução prática de seus planos de organização social” (Marx, K. & Engels, F., 1988, p.66). Marx não apenas não era um racionalista construtivista como, em certa medida, um crítico de algo que se aproxima dele.

O fato de em alguma medida existir algo próximo do racionalismo construtivista de Hayek não elimina o seu caráter de espantinho. Conforme indicado, Hayek utiliza o racionalismo construtivista para atacar autores e ideias que não são racionalistas construtivistas. O que Hayek realmente quer atingir com seu espantinho? Em primeiro lugar e sobretudo o alvo das críticas de Hayek é o planejamento central soviético e de outros países do então chamado socialismo real. Isso se evidencia na sua participação no chamado debate do cálculo socialista, anterior a sua imersão na teoria social e na epistemologia. Mas Hayek vai além, transformando seu ataque ao planejamento central no estilo soviético em um ataque a qualquer forma de planejamento ou intervenção consciente na sociedade, e seu ataque ao socialismo real em um ataque a Marx e a todas as diversas correntes do marxismo.

Através de um rápido percurso na obra de Hayek, no entanto, é possível notar que as críticas a Marx são escassas, vagas e oblíquas, ao contrário do que se pode notar nos ataques diretos de Von Mises, por exemplo. Para atacar Marx e os marxismos Hayek dirige suas críticas a possibilidade de conhecimento racional de elementos fundamentais do mundo, particularmente da realidade social como será argumentado adiante.

Isso atende às necessidades da luta de classes que se põe no período imperialista e que se acentuam ao longo do século XX. É evidente que Hayek promove uma defesa do capitalismo como

ordem social, mais até do que do puro e simples liberalismo econômico, e por consequência toma claramente o partido da burguesia na luta de classes. Mas a defesa ideológica do capitalismo não pode mais tomar a forma da defesa da possibilidade de conhecimento racional do mundo e de algum tipo de intervenção consciente neste, como nas filosofias do Iluminismo e em alguma medida também do utilitarismo do século XIX.

Em meados do século XIX a transformação do mundo social em um mundo capitalista já está em suas linhas gerais completa e os ideólogos burgueses se vêm crescentemente tendo que defender a manutenção do capitalismo diante da possibilidade real da transformação em uma sociedade comunista. O conhecimento da realidade social capitalista como repleta de mazelas, contradições e limites deve ser combatido pelos ideólogos da burguesia com o argumento da impossibilidade desse conhecimento. Em lugar de uma classe progressista que necessita do conhecimento do mundo social para em alguma medida e de alguma forma possibilitar a sua transformação, a burguesia se torna uma classe reacionária que precisa apelar para o irracionalismo e a tradição, como fez a nobreza feudal no combate a burguesia, para defesa da manutenção do capitalismo e assim argumentar que é impossível qualquer emancipação humana para além do capitalismo.

Se Hayek cria um espantalho para argumentar contra a impossibilidade de emancipação humana para além do capitalismo, como ele o faz? Uma explicação mais precisa remete a agnosticismo epistemológico de Hayek e a seu irracionalismo ontológico. Aqui é possível a título de prelúdio da seção seguinte, apontar alguns aspectos de como Hayek constrói o racionalismo construtivista.

O argumento do racionalismo construtivista é falacioso. Como visto nos exemplos de Descartes e Hegel não se segue inevitavelmente da afirmação de que é possível conhecer o mundo racionalmente que todas as instituições devem ser criadas a partir da razão. Um estudo atento da obra de Hayek evidencia que ele não demonstra que de qualquer conhecimento racional do mundo se segue necessariamente o que ele denomina de construtivismo. Hayek salta da premissa para as conclusões apresentando apenas um rol eclético de nomes e evidências textuais escassas e pontuais.

O racionalismo construtivista é falacioso porque para saltar da premissa para a conclusão são necessárias afirmações substantivas, de conteúdo, sobre como é constituída a realidade, o mundo social e as ações humanas, afirmações ontológicas. Isso fica evidente nos exemplos citados de Descartes e Hegel que, a despeito de um racionalismo bastante amplo, não chegam a conclusão construtivista no sentido de Hayek. No final, o racionalismo construtivista de Hayek é uma construção puramente formal, vazia de conteúdo.

Qual o método para construção desse espantalho formal? Aqui ressalta uma outra característica marcante de Hayek, o silogismo analógico. O procedimento é o seguinte: se o

planejamento soviético propunha algum conhecimento racional do mundo e alguma intervenção consciente para a transformação do mundo a partir desse conhecimento, e se Descartes, os iluministas franceses, Hegel, Marx e os utilitaristas defendiam algum conhecimento racional do mundo, então todos são a mesma coisa: racionalistas construtivistas.

Esses procedimentos de Hayek não são casuais ou arbitrários, mas são o resultado de seu agnosticismo epistemológico e de seu irracionalismo ontológico que serão examinados na próxima seção.

2. Agnosticismo epistemológico e irracionalismo ontológico.

A epistemologia de Hayek se fundamenta em uma psicologia associacionista. A nossa percepção de uma laranja, por exemplo, se daria pela associação com outros estímulos provocados por outros objetos do mundo físico. O estímulo provocado pela visão de uma laranja estaria associado ao de uma abóbora, pela cor, a de uma bola de bilhar, pela forma esférica, a de uma maçã, pela natureza de uma fruta. Generalizando, percebemos uma laranja por associação a outros objetos físicos que provocam o mesmo estímulo de cor, forma, fruta.

Para Hayek objetos físicos existentes no mundo geram estímulos que são percebidos pelas qualidades sensoriais que resultam da associação desses diferentes estímulos produzidas pelas conexões neuronais. Segundo Hayek portanto há duas ordens aqui: uma ordem física constituída pelos objetos que provocam o estímulo – a laranja, a abóbora, a maçã, a bola de bilhar - e uma ordem sensorial, ou fenomenal, constituída pelos padrões que associam diferentes estímulos agrupando-os em uma classe ou tipo – a cor laranja, a forma esférica, a fruta.

Segundo Hayek o que percebemos não é o objeto, mas as qualidades sensoriais, as classes que estão associadas ao objeto que provoca o estímulo. Essas classes, no entanto, são constituídas por conexões neuronais em nosso cérebro, são criadas pela mente e portanto, qualidades mentais e não qualidades do objeto que provoca o estímulo. A nossa experiência, segundo Hayek, pressupõe essas classes que determinam apenas a “as forma das experiências possíveis” (Hayek, 1952b, p.167). De acordo com Hayek, “As qualidades que atribuímos aos objetos da experiência não são em sentido estrito, de forma alguma, propriedades do objeto” (Hayek, 1952b, p.143)

Hayek portanto adota um agnosticismo epistemológico: as propriedades dos objetos que existem no mundo são incognoscíveis. Mas Hayek não nega que exista um mundo físico independente da apreensão dele pela mente (Hayek, 1952b, p.173). Nesse ponto o agnosticismo de Hayek se encontra com o irracionalismo ontológico.

O irracionalismo consiste na proposição de que existe um hiato insuperável entre nossas representações do mundo e o mundo tal como ele existe, é a tese do ‘*hiatum irrationalem*’ enunciada por Fichte (Lukács, 2020, p.85). O irracionalismo neste sentido foi formulado pelos

filósofos neo-kantianos da escola de Baden, como Wildebrand, Rickert e Lask a partir da discussão sobre a possibilidade de conhecimento da história (Rockmore, 1992, pp. 66-71). O irracionalismo se refere a identificação da existência de uma parte significativa do mundo que resiste a qualquer tentativa de conhecimento, sendo o irracional “aquilo que não pode ser conhecido racionalmente e portanto é incognoscível” (Rockmore, 1992 p. 69). O único conhecimento possível aqui seria meramente formal (Papaioannou, 2012, p.44) – no que se refere a Hayek as classes que atribuímos aos objetos por meio de um evento mental – uma vez que “o conteúdo das coisas não pode ser racionalmente determinado” (Papaioannou, 2012, p.31).

Poderia soar como uma falsificação designar Hayek como irracionalista, uma vez que ele se identificou inicialmente como anti-racionalista e depois como racionalista crítico ou evolucionário. Um exame completo dessa alegação de Hayek só poderá ser desenvolvido na seção seguinte, mas nesse ponto cabe notar que o irracional, no sentido neo-kantiano, “não significa o ‘aracional’ ou o ‘não-racional’” (Rockmore, 1992, p.70). O irracionalismo é em primeiro lugar uma tese negativa.

Note-se aqui que para negar o irracionalismo não é preciso supor uma razão metafísica, *a priori*, por meio da qual seríamos capazes de inferir e prever todos os aspectos do mundo. De fato existem coisas desconhecidas e a nossa razão tem, a cada momento, limites históricos. Mas o irracionalismo transforma o desconhecido em incognoscível. O irracionalismo é refutável nos seus próprios termos, uma vez que afirmar que algo é incognoscível já é afirmar que conhecemos algum aspecto daquilo de que falamos, qual seja, o de que não é cognoscível. Se existe algo incognoscível não podemos falar nada sobre ele e nunca saberemos.

Embora se refira à ontologia, o irracionalismo de Hayek permeia toda sua epistemologia, tornado a razão senão algo totalmente ausente do conhecimento, extremamente empobrecida. Para Hayek o que percebemos imediatamente são classes, ou seja, categorias gerais. Essa é a tese da primazia do abstrato de Hayek: o que percebemos imediatamente são abstrações e nosso conhecimento começa por elas.

As abstrações para Hayek são condição da nossa experiência e a constitui. As abstrações são o dado imediato e não chegamos a elas, o abstrato não é inferido ou abstraído de algo (Hayek, 1978, p.35-36) e nem temos consciência do processo abstrativo, somente descobrimos as abstrações em nossa mente (Hayek, 1978, p.47). Hayek aqui se alinha com uma característica central de outras filosofias irracionalistas, ainda que essas sejam diferentes em outros aspectos: o apelo a intuição intelectual como ponto de partida e meio do conhecimento. A intuição intelectual se refere a um conhecimento imediato, não de nossas sensações, mas de conceitos, de abstrações. Como é imediato não pode ser inferido racionalmente de qualquer forma, se conformando assim a definição da intuição intelectual (Lukács, 2020, p,128).

Mas para Hayek o conhecimento apenas começa com a intuição intelectual das abstrações de nível inferior, da percepção. Essas abstrações têm por função classificar os estímulos que vêm do mundo, onde os classificadores são construções mentais. Mas essas primeiras classes são objeto de classificações posteriores. Assim para Hayek todas as atividades mentais superiores como a formação de conceitos (Hayek, 1952b, p.145) ,a inferência (Hayek, 1952b, p. 146) e os modelos utilizados para a explicação (Hayek, 1952b, p.180-181), são apenas uma repetição em nível de maior generalidade do processo de classificação efetuado na percepção.

A explicação seria possível através da construção de um modelo para determinadas situações, constituído a partir de um mapa mental formado pelas diferentes classes e classes de classes. O que Hayek chama de mapa não é de fato um mapa, mas “um tipo de inventário”(Hayek, 1952b, p.130), uma lista e não uma representação, “uma imagem de mundo” (Hayek, 1952b p. 131).

O resultado final desse processo de classificação e reclassificação é uma construção puramente formal. As classes fornecem as definições dos objetos e “quando completamos esse processo de definir todos os objetos”, “o sistema de definições explícitas se torna completamente abrangente e autocontido ou circular” “e tudo que sabemos sobre o universo está contido nessas definições”(Hayek, 1952b, p.171). No final, “a ciência tende a um sistema tautológico, em que as verdades são puramente analíticas e não podem ser refutadas por qualquer experiência” (Hayek, 1952b, p.171).

O formalismo extremo é um “complemento lógico-gnosiológico do irracionalismo” (Lukács, 2020, p.208-209) e fornece o “revestimento conceitual da intuição e do irracionalismo”(Lukács, 2020, p.140). O formalismo ocorre “quando o pensar permanece fixo na *universalidade* das ideias” (HEGEL, 1995 p. 53, grifo no original), com o elemento adicional no caso de Hayek que essa universalidade constituiu “uma reprodução definitivamente errada das relações que existem entre os correspondentes estímulos físicos” (Hayek, 1952b, p.108). Aqui formalismo, agnosticismo epistemológico e irracionalismo ontológico se complementam, uma vez que esse sistema tautológico de definições não permite “de forma alguma determinar até que ponto qualquer evento particular no mundo externo corresponde a uma parte particular de nosso modelo” (Hayek, 1952b, p.171).

O método de construção do sistema formal é a inferência analógica. Se trata aqui de reunir coisas heterogêneas por meio de definições construída por analogias, puramente formais, muitas vezes superficiais e arbitrárias. Como afirma Lukács em referência a sociologia alemã do período imperialista, a qual teve influência em Hayek, se trata de “construir tipos específicos, estabelecer tipologias e encaixar fenômenos históricos no interior delas”(2020, p.530). Mesmo que o ponto de partida seja algo real, a construção de definições por meio de analogias formais resulta em

conclusões falsas, “que nada dizem, nem nada demonstram, e que não encerram de modo algum força realmente probante”(Lukács,2020, p.596).

Se o racionalismo construtivista é um exemplo dessa inferência analógica formal de Hayek, um outro exemplo é a classificação arbitrária do nazismo como um coletivismo e portanto, na construção de Hayek, pertencente ao mesmo tipo que o socialismo (Hayek, 1987, p.158). É inevitável notar aqui que essa inferência analógica arbitrária se tornou um lema e um alibi da extrema-direta de matriz fascista contemporânea, ainda que em sua forma vulgarizada a arbitrariedade da analogia formal se torne ainda mais evidente.

O método da inferência analógica formal é uma consequência da epistemologia de Hayek fundada no associacionismo. O conhecimento para Hayek é um “problema computacional”, “uma classificação mecânica da experiência sensorial” (Papaioannou, 2012, p.46). O resultado dessa concepção do conhecimento como processo de classificação é que Hayek não é capaz de estabelecer uma relação entre conhecer e pensar, de “fornecer uma resposta satisfatória a questão do que é o pensamento”(Papaioannou, 2012 p.52).

Se o conhecimento nos fornece apenas uma lista de classes está excluída a sistematicidade do pensamento (Fiodor & Phylishyn ;1988, p.49). A sistematicidade do pensamento é o que nos permite a princípio gerar e entender um número variado de sentenças, de produzir e entender algumas sentenças a partir de outras compostas com os mesmos elementos semânticos e construídas com as mesmas regras sintáticas. Alguém capaz de compreender a sentença ‘John ama a garota’ também é capaz de compreender, pela sistematicidade do pensamento, a sentença ‘a garota ama John’ (Fiodor & Phylishyn, 1988, p.41-42). É a sistematicidade do pensamento que permite também fazermos inferências, nos permite o raciocínio.

A psicologia associacionista de Hayek não permite tais inferências e sistematicidade a partir de elementos estruturais do pensamento, pois os indivíduos só são capazes de compreender as sentenças que fazem parte da sua lista mental, que é variável de indivíduo para indivíduo (Hayek, 1952b, p.110). Um indivíduo que funcionasse com o sistema cognitivo suposto por Hayek poderia ser capaz de compreender que ‘John ama a garota’, mas poderia ser incapaz de compreender ‘a garota ama John’, da mesma forma que seria capaz de inferir “John foi a loja” a partir de “John e Mary foram a loja” mas não seria capaz de inferir “John foi a loja” de “John, Mary e Susan foram a loja” (Fiodor & Phylishyn, 1988, p.41-42).

A exclusão da sistematicidade do pensamento na epistemologia de Hayek leva a duas conclusões. A primeira delas é que a “compreensão do mundo não é considerada um problema da razão” (Papaioannou, 2012, p.46). A segunda conclusão é de que para se conhecer algo seria necessário ter conhecimento de todos os ‘dados’ daquilo que se quer conhecer, uma vez que é a partir da associação desses elementos que se compõe o conhecimento. Se não podemos ter todos os

dados, por exemplo, se não somos expostos a todas os estímulos físicos possíveis existentes no mundo, nosso conhecimento fica limitado as classes resultantes da associação dos estímulos a que fomos expostos. Como não é possível para nenhum indivíduo receber todos os estímulos do mundo, ou ser exposto diretamente a todos os dados referentes a um objeto determinado do conhecimento, se conclui pelo agnosticismo epistemológico.

A conclusão do agnosticismo e irracionalismo a partir de uma trivialidade, que chega a ser mesmo incontestável, a impossibilidade de sermos expostos a todos os dados referentes a um objeto do conhecimento, pressupõe uma epistemologia da qual a razão foi excluída. Há que se notar aqui que é muito comum quando se estuda a epistemologia de Hayek se ater a impossibilidade de se obter todos os dados, mas pouca ou nenhuma atenção se dá a exclusão de uma característica evidente e comum a todos os indivíduos humanos, a capacidade de pensamento sistemático.

Outra característica de Hayek que em geral é pouco notada é que seu agnosticismo epistemológico e irracionalismo ontológico não é limitado ao campo da teoria social, mas é uma tese geral. O conhecimento tanto da sociedade como da natureza é para Hayek uma questão de produzir uma lista a partir de uma cadeia de associações. A diferença entre as ciências naturais e as sociais são diferenças metodológicas e decorrem de duas características específicas das ciências sociais que terminam por levar o agnosticismo e o irracionalismo a um grau superior nesse campo.

A primeira característica específica das ciências sociais, segundo Hayek, é que os dados, os elementos básicos a partir dos quais se inicia o conhecimento da estrutura social, não são os estímulos físicos, mas as atitudes mentais, as crenças ou opiniões dos indivíduos sobre o mundo (Hayek, 1952a,p.28). Nas ciências sociais as ações das pessoas são o que as outras pessoas acham que elas são.

As crenças e opiniões das pessoas também determinaria o que são os objetos físicos envolvidos em suas ações. Um remédio ou alimento seria para ciências sociais, o que as pessoas acreditam que seja um remédio ou um alimento. A princípio isso pode parecer até razoável, pois um amuleto ou um objeto natural qualquer que não tenha capacidade de desencadear um processo de cura em um organismo pode ser reconhecido por uma cultura como um remédio. Mas não é disso que se trata, na verdade a afirmação de Hayek é fundada no seu agnosticismo e irracionalismo gerais: não conhecemos as propriedades físicas dos objetos. Segundo Hayek, ao se referir a objetos como alimentos e remédios, “Esses objetos não podem nem mesmo ser definidos em termos físicos, porque não há uma única propriedade física a qual qualquer membro de uma classe deve possuir” (Hayek, 1949,p.36).

Além dessa afirmação ser evidentemente falsa a luz da ciência natural contemporânea, a conclusão é de que remédios falsos podem ser remédios desde que as pessoas acreditem que o sejam. Em outros termos, na sociedade crenças falsas são tão válidas quanto crenças verdadeiras,

são todas igualmente opiniões, uma conclusão direta do agnosticismo e irracionalismo. Note-se também a proximidade do argumento de Hayek com posições anti-vacina ou sobre a defesa do uso de remédios comprovadamente ineficazes.

Para Hayek, os dados das ciências sociais não são constituídos por todas as crenças dos indivíduos. As crenças das pessoas sobre a estrutura social, sobre o capitalismo por exemplo, são excluídas por Hayek dos dados das ciências sociais (Hayek, 1952a, p.37). O argumento de Hayek para a exclusão dessas crenças sobre a estrutura social é uma distinção arbitrária entre crenças que causam a estrutura social e crenças sobre o resultado dessas crenças, que seria a própria estrutura social. A distinção é arbitrária porque para Hayek as estruturas sociais existem a despeito das crenças que as pessoas têm sobre elas (Hayek, 1952a, p.37), embora as estruturas sociais sejam formadas a partir das crenças sobre os indivíduos. Com essa exclusão arbitrária fica fácil omitir das ciências sociais qualquer ação consciente das pessoas para transformar a estrutura social e a eficácia dessa ação, por parcial e limitada que sejam.

Se o objeto da cadeia de associações e classificações nas ciências sociais são algumas crenças dos indivíduos como podemos ter acesso a elas, já que aqui se trataria de elementos puramente mentais? De fato, não há diferença substantiva aqui entre as consequências metodológicas gerais da epistemologia de Hayek e a metodologia das ciências sociais. Segundo Hayek não podemos conhecer o conteúdo das crenças das outras pessoas, mas podemos conhecer diretamente a classe a que suas ações pertencem, isto é, nosso conhecimento da sociedade começa por uma intuição intelectual (Hayek, 1949, p. 64). E reconhecemos e classificamos as crenças e ações de outras pessoas a partir de uma inferência analógica básica: a analogia com a nossa própria mente (Hayek, 1949, p.64).

A segunda diferença entre as ciências naturais e as ciências sociais, segundo Hayek, é o grau de complexidade do objeto do conhecimento. Seguindo sua epistemologia, a complexidade para Hayek é uma questão computacional. A complexidade é definida assim como “O número mínimo de elementos dos quais as instâncias de um padrão devem consistir para exibir todos os atributos de classe de padrões em questão”(Hayek, 1967, p.25) ou ainda pelo “número de diferentes classes sob as quais” um objeto é subsumido (Hayek, 1952b, p.186).

Para Hayek, a biologia, a mente e a sociedade são mais complexas que a física. Como para Hayek o conhecimento é reduzido a um processo de classificação, o instrumento que classifica, no caso a mente, deve ser mais complexo do que o objeto que é classificado para conhecê-lo. Como a mente é para Hayek um efeito fisiológico do cérebro, mas que não pode ser reduzido a este, somos capazes de ‘conhecer’, isto é, de saber todas as classes que compõe o mundo físico. A mente é composta de mais classes que o mundo físico e por isso podemos conhecer as classes desse mundo, embora nunca possamos conhecer as propriedades reais dos objetos do mundo físico.

Mas a mente não pode conhecer a si mesma, já que ela não possui mais classes do que ela mesma. Assim, para Hayek “nunca seremos capazes de explicar porque pensamos de um forma e não de outra, porque chegamos a conclusões particulares” e não podemos explicar o nosso conhecimento (Hayek , 1952b, p.192). Além do argumento de Hayek ser auto-refutável, uma vez que propõe uma teoria do conhecimento que leva a conclusão de que não podemos explicar o nosso conhecimento, essa mesma teoria já contém a conclusão em sua premissa ao excluir a possibilidade do pensamento sistemático.

Para Hayek a sociedade é mais complexa que a mente uma vez que é composta de inúmeras mentes que geram uma ordem ‘supra-mental’. Deste modo a mente é incapaz de conhecer a sociedade como um todo, isto é, de reconhecer todas as classes de que é composta e a que pertencem cada uma de suas instâncias.

Devido aos diferentes graus de complexidade do objeto, o método da física seria diferente das ciências sociais. Nas ciências físicas seria possível se chegar a regularidades simples (Hayek, 1967, p.28), o que significa identificar as classes a que estímulos diferentes pertencem – ou em termos positivistas, que são bastante próximos, reconhecer regularidade de eventos. As regularidades simples permitiriam fazer previsões de eventos particulares (Hayek, 1967, p.28). Mas isso não é incompatível com o irracionalismo de Hayek: a ciência física não permite conhecer as propriedades reais de nenhum objeto, nem saber de um objeto pertence a uma classe; permite apenas identificar a associação de estímulos gerada pela mente. Os termos teóricos – as classes mais gerais, no sentido de Hayek – permanecem como meros instrumentos para fazer previsões da ocorrência de correlação de sensações (Hayek, 1967, p.27-28)

Na ciência social não se poderia chegar a regularidades simples. Para Hayek o cientista social só pode chegar a padrões abstratos, obtidos a partir das diferentes classes das ações apreendidas pela intuição e analogia com a mente do observador. Na ciência social, portanto, o grau de formalismo é exacerbado em relação á física. O conteúdo das relações sociais está excluído da ciência social nos termos de Hayek (Papaioannou, 2012, p.86), ficando toda ação na sociedade reduzida a padrões abstratos, formais.

A outra consequência do formalismo de Hayek é que a legalidade e a causalidade desaparecem da ciência social. Hayek entende as leis científicas de forma positivista, isto é, como descrevendo ‘regularidades simples’ e a causalidade como ‘correlação de eventos’ (Hayek, 1967, p.41), ou, nos termos de Hayek, associação de sensações. Como, segundo Hayek não é possível chegar a essas regularidades simples no caso das ciências sociais, então “o termo ‘lei’ bem como os conceitos de causa e efeito não são aplicáveis” (Hayek, 1967, p.42) nas ciências sociais. O agnosticismo epistemológico e o irracionalismo ontológico são assim exacerbados nas ciências

sociais, pois ficamos apenas com um modelo formal que não fornece explicação para os mecanismos que produzem os fenômenos sociais, apenas uma tipologia desses fenômenos.

A despeito de Hayek se definir em alguns momentos como racionalista crítico, o método das ciências sociais de Hayek está bem distante do método científico proposto por Popper. A proposta de Popper sobre o método científico é propositiva, meramente convencional, e incompatível com a prática real dos cientistas naturais, mas procura fornecer um critério racional – ainda que falho – de escolha entre teorias. Esse critério, e qualquer outro critério racional, não se aplica as ciências sociais tais como entendidas por Hayek.

A ciência social, segundo Hayek, seria pouco falseável pois teria inúmeras instâncias de confirmação. Segundo Hayek as ciências sociais nos permite apenas “prever ou explicar somente algumas características gerais de uma situação que pode ser compatível com um grande número de circunstâncias particulares” (Hayek, 1967, p.29). Dado o formalismo extremo das teorias sociais não haveriam evidências de qualquer tipo que fornecessem um critério racional para avaliar diferentes teorias: “Porque essas teorias são difíceis de refutar, a eliminação de um rival inferior é um processo lento, ligado mais proximamente as habilidades argumentativas e a capacidade de persuasão daqueles que as defendem” (Hayek, 1967, p.19). Na questão da racionalidade científica nas ciências sociais, Hayek está mais próximo de Feyerabend e do pós-modernismo do que de Popper.

Mas Hayek dá um passo adiante e fornece um conteúdo mítico ao formalismo da ciência social: a ordem espontânea.

3. O mito da ordem espontânea e o darwinismo cultural.

Para Hayek a ordem social é o resultado não-intencional das ações finalísticas dos indivíduos. Essas ações originariam um conjunto de regras de conduta que limitariam as ações das pessoas. Essas regras de conduta seriam o resultado das ações humanas mas não teriam origem em qualquer deliberação racional, ou seja, não seriam planejadas (Hayek, 1982, p.27). Essas regras consistiriam nas leis e na moral e seriam transmitidas de geração para geração, de novo de forma não intencional e não deliberada racionalmente, formando assim os costumes ou a tradição de uma sociedade. É de se notar que a ordem espontânea de Hayek, embora seja formal e abstrata, se refere de fato a uma idealização da sociedade capitalista.

Hayek afirma que sua ordem espontânea tem origem no iluminismo escocês de Smith e Hume. Aqui Hayek tenta se filiar a uma corrente do iluminismo, a falsificando. Hume assinalou o papel dos legisladores e dos criadores de um sistema legal na implementação da ‘sociedade comercial’ (Yennor, S. 2007, p.110). Hume também elogiou a reforma religiosa de Henrique VIII como necessária para implementação da sociedade comercial (Yennor, S. 2007, p.113). Quanto a

Smith são notórias suas várias propostas de reforma na legislação para a implementação da sociedade comercial, isto é, a capitalista, além do pouco notado apelo a razão em várias circunstâncias como meio de justificar a legislação em suas “*Lectures on Jurisprudence*” (1978).

Carl Menger foi o primeiro autor da escola austríaca a propor a ideia de ordem espontânea. Mas ao contrário de Hayek, Menger defendia que: “O que caracteriza as teorias de Adam Smith e seus seguidores é o seu liberalismo unilateralmente racionalista” (Menger, 1985, p.177). Além disso Menger não defendia que toda as instituições sociais são criadas e mantidas de forma puramente espontânea, não-intencional: “Ao lado das instituições criadas ‘organicamente’ vão aquelas que são o resultado de ação social intencional” (Menger, 1985, p. 157-158)

Apesar das diferenças com Hayek, Menger não esconde a origem da ideia de ordem social espontânea. A ordem espontânea se origina das ideias de Edmund Burke², sendo formulada pelo fundador da Escola Histórica Alemã do Direito, Gustav Hugo, e cujo maior representante foi Carl Savigny (Menger, 1985, p.174). Embora Hayek reconheça a influência desses autores na sua formulação de ordem espontânea, procura ao associá-los ao iluminismo escocês.

Uma das principais fontes filosóficas da Escola Histórica do Direito foi a “teoria orgânica da vida política” de Schelling (Menger, 1985, p.175,n.92) que, segundo Lukács (2020), é o iniciador do irracionalismo filosófico na sociedade burguesa. Marx já havia notado o irracionalismo da Escola Histórica do Direito, ao se referir a Hugo: “porque não podemos saber o que é *verdadeiro*, permitimos conseqüentemente que o *falso*, se é que ele *existe*, seja aceito como *totalmente válido*” e mais adiante, “ele não tenta provar de forma alguma que o *positivo* é *racional*, ele tentar provar que o *positivo* é *irracional* [ênfase no original]” (Marx, 2010, p.204).

A Escola Histórica do Direito serviu de apologia da Restauração após a derrota de Napoleão em 1815, defendendo o direito consuetudinário feudal em lugar da formulação de um código civil nos países germânicos, criando assim “uma linha de defesa do velho, do período pré—revolucionário” (Lukács, 2020, p.116). Em resumo, a ideia de ordem espontânea de Hayek se origina do irracionalismo filosófico e do reacionarismo político, do anti-iluminismo.

As regras de conduta da ordem social espontânea, segundo Hayek, consistem em proibições (Hayek,1988, p.12) que limitam as possibilidades de ação, mas deixam um campo para a escolha dos indivíduos. As ações que as regras proíbem são as ações movidas pelo instinto, entre os quais estariam a solidariedade e o altruísmo (Hayek,1988, p.12). Além disso os indivíduos “frequentemente não estão conscientes” das regras (Hayek,1988, p.11), elas “não são conhecidas

2 Edmund Burke (1730-97) foi um parlamentar e escritor britânico que expressou o pensamento contrarrevolucionário durante a revolução francesa, apelando inclusive pela intervenção militar da Grã-Bretanha. Burke defendia que a Revolução Francesa resultou de uma ‘falsa filosofia’, em alusão ao iluminismo, que seria a destruição da ‘aristocracia natural’ – segundo ele necessária para a manutenção da sociedade – e da religião (O’Gorman, 2004). Burke se tornou uma referência dos neoconservadores americanos no pós segunda guerra e tem grande influência em Hayek.

pelas pessoas de forma articulada ('verbalizada' ou explícita)" (Hayek,1982, p.19), os indivíduos "não sabem e não podem saber se são verdadeiras em um sentido cartesiano"(Hayek,1982, p.18) e "não são racionalmente justificáveis" (Hayek,1988, p.68).

As regras de conduta de Hayek não só não teriam uma origem racional, mas seriam irracionais. A possibilidade dos indivíduos entenderem as regras que seguem na sua ação já está eliminada na epistemologia de Hayek, uma vez que esses indivíduos seriam incapazes de raciocínio sistemático. As regras de conduta são apenas uma lista de ações possíveis presente na mente dos indivíduos e das quais eles nem precisam ter consciência para seguirem. O conjunto das regras de ação, a tradição está assim, segundo Hayek "entre o instinto e a razão" (Hayek,1988, p.21) e em momento Hayek afirma que a tradição é formada por "crenças irracionais, ou melhor 'não justificadas'" (Hayek,1988, p.75)

A análise de Hayek do papel da religião no funcionamento da ordem espontânea deixa claro o papel das crenças irracionais como constitutivas das regras de conduta. Para Hayek, "crenças místicas de algum tipo podem ser necessárias" (Hayek,1988, p.136) para que a tradição continue e, "devemos a persistência de certas práticas e a civilização que resulta delas, em parte ao apoio de crenças que não são verdadeiras – ou verificáveis ou testáveis – no mesmo sentido que os enunciados científicos" (Hayek,1988, p.137). Para Hayek, as religiões monoteístas são as guardiãs da tradição e ele afirma que as crenças religiosas fornecem "falsas razões para influenciar os homens para fazerem o que é necessário para a manutenção da estrutura" (Hayek,1988, p.138). O conteúdo e funcionamento das regras de condutas é, assim irracional. O que está entre o instinto e a razão é a crença irracional em coisas falsas.

Hayek aqui deixa entrever a origem irracionalista da ideia de ordem espontânea na religião, uma ordem providencial. Mas o argumento teológico não é capaz de sustentar a defesa do capitalismo, no século XX. Hayek se declara agnóstico e afirma rejeitar a ideia de um deus pessoal (Hayek,1988, p.139). Hayek, admite, no entanto, que as suas conclusões são partilhadas pelas "pelas pessoas' religiosas" e que Deus é uma "personificação da tradição e da moral" (Hayek,1988, p.140). A ordem espontânea de Hayek é assim uma expressão do ateísmo religioso que acompanha a filosofia irracionalista burguesa (Lukács, 2020, p.155), uma religião do capitalismo.

Para Hayek a origem da ordem espontânea não está na criação por um Deus que foi descansar no sétimo dia e deixou a providência cuidar do resto. O irracionalismo da ordem espontânea de Hayek não poderia ser o mesmo que foi formulado nas condições históricas da tentativa de reestabelecer a ordem feudal diante da Revolução Francesa. Nas condições da luta da burguesia contra a classe trabalhadora, Hayek mobiliza outros recursos, o que torna possível que sua teoria se torne uma ideologia da burguesia na luta de classe dos séculos XX e XXI. O irracionalismo burguês moderno só se sustenta como ideologia se tiver uma roupagem

pseudocientífica. E Hayek dá essa roupagem pseudocientífica a sua ordem espontânea ao criar uma analogia abrangente, a analogia do desenvolvimento da sociedade com a evolução biológica.

Para Hayek as regras da ordem espontânea surgem por um processo de evolução cultural, análogo a evolução das espécies. As regras que constituem a ordem espontânea seriam o resultado de um processo de seleção que ocorreria independente de deliberação racional. A ordem espontânea seria portanto uma ordem natural, “no sentido de que ela, como o fenômeno biológico similar, se desenvolveu naturalmente no curso da seleção natural”(Hayek,1988, p.19). Como afirma Lukács (2020, p.577) a analogia com o mundo orgânico acaba por representar a sociedade como de acordo com a natureza.

A afirmação de uma ordem social espontânea com base em uma analogia com processos biológicos não é uma originalidade de Hayek; como afirma Lukács “ O biologismo, quer na filosofia, quer na sociologia, sempre foi a base de tendências ideológicas reacionárias”(Lukács,2020, p.577). Edmund Burke e a Escola Histórica do Direito afirmavam que o desenvolvimento social seria um desenvolvimento orgânico (Menger, 1985p.175; Lukács, 2020, p.577) em analogia com o desenvolvimento de um organismo individual, isto é, ontogenético. Mas o processo de evolução cultural do qual surgiria a ordem espontânea de Hayek, aparentemente não seria um processo análogo ao processo ontogenético, mas seria análogo processo de evolução das espécies, isto é, filogenético. Mas isso é só uma aparência.

Hayek afirma que o elemento preliminar para a análise da ordem espontânea é a “reconstrução racional” de como ela emergiu, uma “história conjectural” (Hayek,1988, p.70). Note-se aqui que se trata de uma genealogia da suposta ordem espontânea e não da história real. Para Hayek a história “não diz respeito aos fatos”, “nunca pode ser verificada ou falseada com referência aos fatos”, consistindo apenas em um “esquema mental para a interpretação” (Hayek, 1949, p.73). Em outros termos, para Hayek não existem fatos históricos, apenas interpretações, o que o leva a afirmações absurdas como a de que “A Alemanha entre 1618 e 1648” não é um fato histórico que possa ser definido em termos de coordenadas espaço-temporais (Hayek, 1949, p.74-75). Deste modo, Hayek se filia a tradição do irracionalismo que substitui a história real por uma pseudo-história. Não seria exagero dizer que Hayek aqui se encontra com a linguagem irracionalista comum ao pós-modernismo e a extrema-direita contemporânea para quem a história – e nela os fatos históricos – é apenas uma ‘narrativa’.

A ‘narrativa’ de Hayek sobre a emergência da ordem espontânea consiste em uma sequência de dois tipos que formalmente correspondem aos tempos primitivos e civilizados de Smith. Resumidamente o correspondente aos tempos primitivos seria aquele em que os seres humanos teriam vivido em comunidades com um pequeno número de pessoas e as suas ações seriam guiadas pelos instintos de solidariedade e altruísmo. Com o crescimento da população teriam emergido

novas regras de conduta que passaram a prevalecer por um processo de seleção. Essas regras constituídas pela moral, a propriedade privada, a liberdade individual, e seu pré-requisito - que permanece o mesmo até o presente- , as leis que reconhecem a propriedade privada teriam surgido na região do mar Mediterrâneo na Antiguidade (Hayek,1988, p.29).

A pseudo-história de Hayek é uma construção formal. Como se percebe a ordem espontânea teria surgido inicialmente na Antiguidade e as diferenças substantivas entre a escravidão, a servidão e o assalariamento são totalmente indiferentes para o esquema formal que divide a história em tempos primitivos e civilizados. Como se pode inferir, para Hayek há apenas uma ordem espontânea, a ordem do capitalismo. Para ficar na analogia biológica não surgem novas ordens sociais no processo de evolução cultural de Hayek, como surgem novas espécies na evolução biológica, e a evolução é a evolução de uma mesma coisa, uma evolução que é análoga ontogênese e não a filogênese.

Apesar de a ordem espontânea ser apenas uma e a mesma ordem, segundo Hayek ela evolui e se difunde por um processo de seleção. Mas essa evolução é descrita de modo formal. O surgimento das regras da ordem espontânea, isto é, capitalista, na Antiguidade e sua evolução teria sido interrompida com o Império Romano e “Essa sequência teria se repetido várias vezes: a civilização pode se difundir, mas não é provável que avance muito sob um governo que assume o controle da direção dos afazeres cotidianos de seus cidadãos” (Hayek,1988, p.32)

A evolução da ordem espontânea de Hayek portanto é cíclica e nesse aspecto não apresenta nenhum análogo, mesmo que formal, com a evolução biológica das espécies. A evolução cíclica de Hayek na verdade se baseia no método de Splenger, embora haja diferenças de conteúdo. Oswald Spengler é um autor conservador da Alemanha dos anos 1920 e sua filosofia, segundo Lukács (2020) constituiu um “prelúdio real e imediato da filosofia do fascismo.”(p.403), além de ser uma referência da extrema-direita de matriz fascista contemporânea. O método é o mesmo já assinalado: a rejeição da causalidade e sua substituição por tipos construídos por inferência analógica formal e o enquadramento de fenômenos históricos nos tipos formais.

Esse método não só elimina aspectos de conteúdo da história como leva a mesma conclusão de Spengler, a de que cada civilização tem o seu socialismo (Lukács, 2020, p.414) e cabe acrescentar, teria o ‘seu’ capitalismo. Embora Hayek não faça tal afirmação é fácil concluir que por meio de analogia puramente formal não só é possível enxergar o capitalismo na sociedade escravocrata da Grécia Antiga como ver o socialismo no Império Romano, no Egito dos Faraós, no mercantilismo do Absolutismo. Com essa manobra irracionalista, capitalismo e socialismo são esvaziados de qualquer conteúdo histórico.

A ordem espontânea e a evolução cultural de Hayek são assim um mito, um “estudo do que não é”(Hayek, 1982, p.17). Como a realidade objetiva seria incognoscível ela só pode ser apresenta

por meio de um mito (Lukács, 2020, p.339), construído por simples analogia e que nega os fatos da realidade social. Como a evolução cultural de Hayek é apenas uma narrativa que não diz respeito aos fatos, a realidade é substituída por uma pseudo-objetividade.

Como na pseudo-história de Hayek a evolução da ordem espontânea é análoga à evolução de um organismo, e como ela ocorre de forma cíclica, que nada tem a ver com a evolução biológica das espécies, a analogia de Hayek com a evolução das espécies é puramente formal. Essa analogia formal consiste em que a evolução cultural se daria por variação, transmissão e seleção das regras de conduta que permitiriam aos indivíduos se adaptar a mudanças no ambiente e atingir suas finalidades particulares.

Hayek assinala que os mecanismos de variação, transmissão e seleção das regras de conduta seriam diferentes dos da evolução biológica (Hayek, 1988, p.26). A variação se refere aqui a mudança nas regras de conduta por parte de algum ou alguns indivíduos, a transmissão a difusão dessas regras em um grupo mais amplo e entre gerações e a seleção à substituição das regras antigas por novas regras.

Mas no que se refere aos mecanismos de variação e transmissão das regras Hayek não é claro e nem poderia sê-lo já que a causalidade, sob qualquer entendimento desta, está excluída das ciências sociais por Hayek. Hayek assinala que as regras da suposta ordem espontânea dão ampla margem de ação para os indivíduos em circunstâncias particulares, mas isso não explica como e porque algum indivíduo agiria de forma diferente da estabelecida nas regras.

Como aponta Fiani (2002), *“a decisão de introduzir a nova regra é uma decisão estratégica,”* (p.21), o que levaria a necessidade de algum tipo de avaliação racional sobre as consequências de se violar regras de conduta. Mas a ausência dessa avaliação racional não é uma lacuna na explicação de Hayek, é uma consequência de seu irracionalismo. Os indivíduos não podem avaliar racionalmente as consequências de violar regras das quais eles não têm consciência, que não podem verbalizar ou explicitar, que não são justificáveis racionalmente. Além da natureza das regras Hayek também exclui arbitrariamente qualquer crença que o indivíduo tenha sobre o todo social da explicação da ordem social. A única possibilidade aqui é a teoria do cão de Pavlov: alguns indivíduos em circunstâncias particulares recebem um estímulo desconhecido e dão uma nova resposta de forma automática a esse estímulo.

Hayek indica a imitação como meio de transmissão e perpetuação das regras. Os indivíduos aprenderiam com outros como agir, embora não possam saber porque agem, ou nos termos de Hayek *“sabem como”* mas não *“sabem que”* (Hayek, 1982, p. 76). Como as regras têm as características anteriormente assinaladas, o processo de aprendizagem pelo qual elas são transmitidas não poderiam incluir a demonstração ou a persuasão racional que são meios racionais,

embora não sejam os únicos meios, pelos quais as pessoas influenciam e são influenciadas socialmente.

Como a possibilidade de transmissão racional de regras sociais está excluída, o que resta é a imitação inconsciente, em que o indivíduo “ignora o processo de avaliação crítica de uma nova ideia”, em que “não há reflexão entre a observação e a imitação de uma ação”(Radden, 2011, p.85-86). O mecanismo de transmissão é semelhante ao do ‘delírio coletivo’ em que as pessoas “são infectadas por meio de um processo análogo ao de transmissão de doenças contagiosas e infecções”(Radden, 2011, p.82) e, pode se dizer também, aos pánicos e manias do mercado financeiro.

Conforme já assinalado o processo de transmissão de regras através das gerações em Hayek conta com o apoio de crenças irracionais. Além disso, a coerção não está totalmente excluída do mecanismo de transmissão e perpetuação de regras na suposta ordem social espontânea uma vez que os indivíduos serão “compelidos a obedecer” algumas regras (Hayek,1982, p.45).

Pode parecer que ao se assinalar o irracionalismo do conteúdo e da reprodução da ordem espontânea se está construindo um espantalho. Hayek asseverou de forma recorrente não ser um irracionalista, mas sim defender um racionalismo evolucionário. O racionalismo evolucionário entenderia a razão como um processo interpessoal (Hayek, 1949,p.15) criado no curso da evolução (Hayek,1988, p.22). Como cada indivíduo não poderia ter o conhecimento de todas os dados sobre as condições e efeitos de suas ações, esse conhecimento estaria codificado nas regras de conduta, que dessa forma permitira aos indivíduos alcançar as suas finalidades particulares.

É bastante razoável afirmar que a razão é um produto social e que, portanto, tem limites históricos. Mas o racionalismo evolucionário de Hayek só pode ser plenamente entendido a luz de seu agnosticismo epistemológico e de sua concepção das regras de conduta. Para Hayek a razão evolucionária consiste em reconhecer “o que está ou não de acordo com as regras estabelecidas” (Hayek,1982,p.21), ou seja, se referindo a Locke, consistiria em “certos princípios definidos de ação” (Hayek, 1978, p.19 n.24). Coerente com sua epistemologia o produto da razão evolucionária consistiria em uma lista de regras para a ação.

Uma concepção histórica da razão admitiria que a nossa capacidade de raciocínio sistemático e de conhecimento do mundo tal como realmente é, progride com a história e nosso conhecimento portanto é sempre aproximado. Mas a razão evolucionária de Hayek não é uma razão histórica. A razão evolucionária de Hayek consiste em um instrumento útil para os indivíduos tentarem alcançar seus fins particulares. Se trata aqui de racionalidade pragmática que não só não significa o uso do raciocínio sistemático e do conhecimento real do mundo, mas o excluí.

Que a razão entendida como seguir regras de conduta existentes exclui o raciocínio sistemático é evidenciado pela citação de Locke com a qual Hayek procura sintetizar o seu

entendimento de razão: “Por razão, no entanto, eu não penso que signifique aqui a faculdade do entendimento que forma cadeias de pensamento e deduz provas”(Hayek, 1978, p.19 n.24). Essa razão evolucionária não fornece nenhum conhecimento do mundo que se possa afirmar verdadeiro ou aproximadamente verdadeiro, uma vez que consiste em seguir regras com as características já assinaladas, que “ nada dizem” sobre o ambiente em que as pessoas agem, e que só “são preservadas porque se demonstram úteis” (Hayek, 1978, p.10). Em resumo, a racionalidade evolucionária de Hayek é plenamente compatível com o irracionalismo ontológico.

A ordem espontânea de Hayek emerge por meio de um processo de seleção das regras de conduta, mas é preciso saber quais são os mecanismos dessa seleção. Hayek assevera que os mecanismos da evolução cultural são diferentes da evolução biológica. A primeira diferença estaria em que a transmissão das regras não seria genética, mas por características adquiridas através do aprendizado de certas tradições. A segunda diferença estaria em que a transmissão de regras não se daria pelos ascendentes dos indivíduos (Hayek ,1988, 25). Quanto a seleção a diferença fundamental seria que a evolução cultural se daria por uma seleção de grupo (Hayek,1988, p.25).

Com isso Hayek procura se afastar do darwinismo social, uma vez que este se concentraria na seleção dos indivíduos e de capacidades inatas desses indivíduos, em lugar da seleção de instituições e práticas e das características culturalmente transmitidas (Hayek,1982, p.23). Mas um exame atento de como se dá o processo de seleção na evolução cultural segundo Hayek revela que, embora sob nesses aspectos ela seja realmente diferente, a proximidade é maior do que se poderia suspeitar inicialmente.

Hayek afirma que as regras de conduta são selecionadas por um processo de concorrência (Hayek,1988, p.20). Como a seleção é uma seleção de grupos, essa concorrência se dá entre grupos sociais que adotam diferentes regras de conduta e o objeto dessa concorrência é a sobrevivência do grupo (Hayek,1988. p.26). As regras selecionadas são as adotadas pelo grupo que sobrevive, que permitem ao grupo “procriar com maior sucesso e incluir pessoas que não pertencem ao grupo” e “manter mais pessoas e deslocar outros grupos” (Hayek,1988,p.23).

Hayek compartilha o mesmo princípio do darwinismo social: a luta pela sobrevivência entre grupos humanos. Se é certo que Hayek não define esses grupos humanos por características biológicas, como o darwinismo social, ele os define por características culturais. Trata-se portanto do ‘*conceit*’³ fatal de Hayek, o darwinismo cultural, a luta pela sobrevivência entre diferentes

3 “*Conceit*” é um termo em inglês que significa arrogância, presunção e vaidade. Hayek usa esse termo no seu livro “Fatal Conceit” para se referir ao racionalismo construtivista e ao socialismo. O termo ‘*conceit*’ significa também uma figura de linguagem, usada na literatura, que consiste em uma metáfora “que forma um paralelo extremamente criativo ou fantasioso entre objetos e situações aparentemente diferentes ou incongruentes” (<https://www.britannica.com/art/conceit>.) Aqui se utiliza o termo no segundo sentido.

grupos culturais. Não é preciso muito esforço para notar aqui a identidade entre Hayek e a extrema-direita de matriz fascista contemporânea.

Pode se alegar que a seleção por meio da sobrevivência de grupos em Hayek se dá por mecanismos diferentes dos mecanismos biológicos e por isso excluiria a coerção, a seleção de indivíduos – um eufemismo para morte – e que não poderia ser criada deliberadamente. Hayek, no entanto, não é claro sobre os mecanismos pelos quais se daria essa seleção, dando apenas algumas indicações que são plenamente compatíveis com os mecanismos supracitados.

Hayek afirma que o deslocamento de um grupo por outro não precisa ser sangrento, embora o tenha sido várias vezes (Hayek,1988, 121), o que significa que essa possibilidade não está excluída. Hayek também assevera que “vários desses processos ocorreram pacificamente, embora o maior poder militar dos povos comercialmente organizado terá frequentemente acelerado esse processo” (Hayek,1988, p.121). Em resumo, a guerra não está excluída dos mecanismos de seleção no estabelecimento da ordem espontânea. A coerção por uma aristocracia também não está excluída do processo de seleção de regras em Hayek. Embora não seja algo necessário, a autoridade coercitiva, “de tempos em tempos difundiu uma moralidade que já tinham ganho aceitação no grupo dirigente” (Hayek,1988, p.20).

O mecanismo de seleção de regras em Hayek não exclui a seleção, isto é, a morte de alguns indivíduos, ao contrário do que ele alega ao tentar se afastar do darwinismo social. Se referindo as práticas que resultam na sobrevivência do grupo Hayek afirma: “Algumas dessas práticas podem de fato ter envolvido uma diminuição na estima por algumas vidas individuais, uma disposição ao sacrifício pelo infanticídio, para abandonar o velho e o doente, para matar o perigoso com o objetivo de melhorar as perspectivas de manter e multiplica o resto” (Hayek,1988, p.121).

A própria manutenção da ordem espontânea requer segundo Hayek a morte de alguns indivíduos, no que ele de forma cínica e despudorada chama de “cálculo da vida” feito pelo “cálculo de valor do mercado”(Hayek,1988, p.121). Embora profundamente repugnantes e difíceis de serem lidas, a omissão ou o ocultamento deliberado dessas evidências textuais pela maioria dos estudiosos de Hayek torna necessário reproduzi-las: “O requisito de preservar o número máximo de vidas não é o de que todas as vidas individuais sejam consideradas igualmente importantes” e “Algumas vidas são evidentemente mais importantes na medida em que elas criam ou preservam outras vidas. E o altamente produtivo pode ser mais valioso para a comunidade do que os outros indivíduos adultos” (Hayek,1988, p.132).

O que Hayek chama desavergonhadamente de cálculo de vida é nada mais do que um princípio ideológico de todo o fascismo, inclusive de sua versão mais extrema, o nazismo: a morte de alguns indivíduos em nome da sobrevivência do grupo.

Pode se alegar que Hayek nada mais faz do que apontar elementos de como o capitalismo emergiu e de como o mercado totalmente irrestrito funcionaria. Sob esse ponto de vista poderia se afirmar que Hayek é, pelo menos parcialmente correto, restando apenas a conclusão de que a sociedade capitalista é repulsiva para a vida humana e deveria ser superada. Mas Hayek não chega a essa conclusão. Embora afirme não alegar que “os resultados da seleção de grupo das tradições não são necessariamente bons” (Hayek,1988, p.27), o seu agnosticismo epistemológico, seu irracionalismo ontológico e seu darwinismo cultural, implicam a impossibilidade de transformação social racional e consciente, resultando em uma “moral da resignação racional”, expressão utilizada pelo darwinista social alemão Gumpowicz (Lukács, 2020, p.594).

Outro ponto a ser notado é que a obra de Hayek é programática. Para Hayek a ordem capitalista ainda está em evolução e estaria sob ameaça do racionalismo construtivista em todas as suas supostas formas, do socialismo soviético ao Estado de bem-estar, incluindo o que ele chama de “democracia ilimitada”(Hayek, 1978, p.153). Em outros termos, a ordem espontânea, o capitalismo, teria que ser restaurada pelo processo de seleção competitiva com um amplo e vago socialismo.

Hayek afirma que é “concebível que a formação de uma ordem espontânea se apoie inteiramente em regras que foram feitas deliberadamente” (Hayek,1982, p. 45). É comum apontar que a possibilidade de uma ordem espontânea deliberada é algo incongruente no pensamento de Hayek, mas de fato não o é. O que é incongruente com o pensamento de Hayek é a deliberação *racional* como um meio para alcançar qualquer transformação social. Nada impede em Hayek que a ordem espontânea seja feita deliberadamente de forma irracional, isto é pela vontade, por um grupo dirigente com uso da autoridade coercitiva, da guerra, da difusão de crenças falsas e da morte de alguns em nome da sobrevivência do grupo. Em outros termos, a implementação da ordem espontânea de Hayek pode ser feita por uma ditadura fascista. Se explica assim a coerência teórica de Hayek ao apoiar ditadura de Pinochet e sua recepção pela extrema direita contemporânea de matriz fascista.

4. Considerações finais: Hayek e o pós-fascismo.

Ao longo desse artigo foi apontado que a recepção da obra de Hayek pela extrema-direita contemporânea de matriz fascista não é casual. Os pontos ideológicos, programáticos e as práticas da extrema-direita contemporânea são compatíveis com a orientação geral da obra de Hayek, mesmo quando não estão explícitos nela. A título de síntese podemos lembrar, dentre outros: o revisionismo histórico pela transformação da história real em uma ‘narrativa’, as inferências analógicas arbitrárias, a difusão de crenças falsas, a chamada ‘guerra cultural’, a religião como guardiã da tradição, a criação de uma ordem social pela vontade e o abjeto ‘cálculo da vida’.

Mas o irracionalismo de Hayek não é suficiente para explicar a sua adoção como uma referência da extrema-direita contemporânea. Não há ligação imediata entre o irracionalismo filosófico e a ideologia de extrema-direita. Uma teoria, um conjunto de ideias, uma posição filosófica só se transformam em meio de orientação de práticas e programas em um contexto histórico determinado, em um momento determinado da luta de classes.

Uma explicação mais concreta da adoção da obra de Hayek pela extrema-direita de matriz fascista requer a exposição das transformações econômicas, sociais e políticas do capitalismo nas últimas décadas. Não é possível aqui fazer esse exame, mas apenas indicar alguns de seus elementos: as transformações na classe trabalhadora, a ampliação das desigualdades, a financeirização do capital, o fim da URSS. De modo geral se trata aqui das transformações do neoliberalismo, do qual Hayek é uma das referências principais, que criaram a possibilidade de ideologias, programas e práticas de matriz fascista.

Bibliografia:

BEYSSADE, J-M. “Descartes”.In: CHATELET, F. (org.)*História da Filosofia, vol.3 A Filosofia do Novo Mundo*, cap.IV. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

DESNÉ, R. “A filosofia francesa do século XVIII”. In: CHATELET, F. (org) *História da Filosofia, vol 4. O Iluminismo*. Lisboa: Edições Dom Quixote, 1983.

FIANI, R. “Uma crítica dos mecanismos de variação e seleção no conceito de ordem espontânea de Hayek”. In: *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, vol.6 n.2, jul/dez, 2002.

FODOR, J.A. & PHYLYSHIN, Z. W. “Connectionism and cognitive architectire: a critical analysis”. In: *Cognition*, n.28. 1988.

HAYEK, F. *Individualism and Economic Order*. Londres: Routledge &Kegan Paul, 1949.

_____. *The Counter-Revolution of Science. Studies in the Abuse of Reason*. Glencoe, Illinios: The Free Press, 1952a.

_____.*The Sensory Order. An inquiry into Foundations of Theoretical Psychology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1952b.

_____.*Studies in Philosophy, Politics and Economics*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1967.

_____. *New Studies in Philosophy, Politics and Economics and the History of Ideas*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1978.

_____. *Law, Legislation and Liberty, 3.vol*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1982.

_____. *O Caminho da Servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1987.

_____. *The Fatal Conceit*. London: Rouledge, 1988.

- HEGEL, G. W. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio, vol. I: a ciência da lógica*. São Paulo: Edições Loyola, 1995.
- _____. *A razão na história. Uma introdução geral à filosofia da história*. São Paulo: Centauro, 2001.
- _____. *A Ciência da lógica. I. A Doutrina do Ser*. Petrópolis: Vozes, 2016.
- JIMAK, P. “The French Enlightenment I: Science, materialism and determinism.” In: BROWN, S. (Ed.) *The British Philosophy and the age of Enlightenment, cap.9*. London: Routledge, 1996.
- JIMAK, P. “The French Enlightenment II: deism, morality and politics.” In: BROWN, S. (Ed.) *The British Philosophy and the age of Enlightenment, cap.10*. London: Routledge, 1996.
- KEYNES, J. M. “The Pure Theory of Money: a reply to Dr. Hayek”. In: *Economica*, n.34, nov. 1931.
- LUKÁCS, G. *A destruição da razão*. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.
- MARX, K. “The Philosophical Manifesto of the Historical School of Law” In: MARX, K. & ENGELS, F. *Collected Works, Vol I. Karl Marx 1835-1843*. Lawrence & Wishart, 2010.
- MARX, K. & ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1988.
- MENGER, C. *Investigations into the method of the social sciences, with special reference to economic*. New York: New York University Press, 1985.
- O’GORMAN, F. *Edmund Burke: His Political Philosophy*. London: Routledge, 2004.
- PAPAIOANNOU, T. *Reading Hayek in the 21st. Century. A critical Inquiry into his political thought*. Palgrave Macmillan, 2012.
- RADDEN, J. *On Delusion*. London & New York: Routledge, 2011.
- ROCKMORE, T. *Irrationalism. Lukács and the marxist view of reason*. Temple University Press, 1992.
- RORTY, A.O. “Descartes on thinking with the body”. IN: COTTINGHAM, J. (Ed.) *The Cambridge companion to Descartes, cap.12*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- SLOBODIAN, Q. “Os filhos bastardos de Hayek”. *Revista Jacobin Brasil*, 02/08/2021.
- SMITH, A. *Lectures on Jurisprudence*. Glasgow edition of the works and correspondence of Adam Smith; 5. Oxford: Clarendon Press, 1978.
- TRAVERSO, E. *The New Faces of Fascism*. London: Verso, 2019.
- WOLIN, R. *The seduction of unreason: the intellectual romance with fascism*. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- YENNOR, S. “Spontaneous Order and the Problem of Religious Revolution”. In: HUNT, L. AND MCNAMARA, P. (ed.), *Liberalism, conservatism, and Hayek’s idea of spontaneous order*. Palgrave Macmillan, 2007.